

REVISTA ELETRÔNICA DO INSTITUTO DE HUMANIDADES
 ISSN 1678-3182

VOLUME V

NÚMERO XIX

OUT - DEZ 2006

Histórias da consolidação do reino de Portugal
(para ler algumas oitavas de *Os Lusíadas*, Alexandre Herculano
e *História do cerco de Lisboa* de José Saramago)

Profa. Dra. Lúcia Maria Moutinho Ribeiro - UNIRIO

Ainda e sempre trata-se da matéria de que se fez o destino português, que o molda enquanto destino. Como Eduardo Lourenço diz: “Em suma, trata-se de mitos” (BARRENTO, 2000: 92).

Os fatos abaixo foram resumidos do volume II da *História de Portugal* do medievalista José Mattoso; do *Dicionário de história de Portugal*, dirigido por Joel Serrão; do *Dicionário de literatura*, por Jacinto do Prado Coelho, entre outras fontes históricas; e serão exemplificados com excertos de *O bobo* de Alexandre Herculano e de *Os Lusíadas* de Luís de Camões. Dedicar-se, pois, a compilação a estudantes de graduação em Letras, leitores de Camões, Alexandre Herculano, Antônio Nobre, Saramago...

Era uma vez um reino, um “certo reino à esquina do Planeta” (NOBRE, 1976: 146), governado por muitos reis, durante muitos séculos. Ouçamos um pouco dessa história pela da voz dos seus fundadores.

Fui Henrique de Borgonha, pai do primeiro rei. Cumprindo dever de vassalo de Afonso VI de Castela, venci os almorávidas. Estes pertenciam a uma dinastia muçulmana militarista e muito rígida com seus súditos e dominaram a Península Ibérica durante anos. Iúçufe, fundador de Marrocos e um dos mais poderosos, unificou a Hispânia árabe, até então dividida em principados ou *taifas*, fortaleceu-a, retardando, assim, a reconquista cristã, e reinou de 1061 a 1107. A permanência dos mouros por tanto tempo na península se deveu ao pagamento de impostos a seus chefes por parte dos cristãos moçárabes, garantindo assim a convivência recíproca.

Casado com Dona Teresa, filha daquele rei castelhano, fixei residência em Guimarães, no território dos antigos condes portugalenses, que nos foi dado como dote. Ao enviuvar, ela teve muitos pretendentes: entre eles, Fernão Peres de Trava se lhe apresentou como vassalo e *fidelis*, tornando-se, então, seu amante. O romance *O bobo* de Alexandre Herculano, publicado no *Panorama* em 1843 e em volume, em 1878, um ano depois da morte do autor, retrata essa “afeição [...] ardente e mútua” (HERCULANO, 1964: 14. Todas as citações de *O bobo* serão retiradas desta edição). Os antecedentes da narrativa denotam a pressão de Castela para reaver o feudo, que já sentia um gosto de nacionalidade, do qual se aproveitaria a habilidade política do nosso filho Afonso Henriques para mantê-lo:

[Eu] conde Henrique pouco [sobrevivi ao meu] sogro: cinco anos escassos [...].

Mas a viúva, a bastarda de Afonso VI, [...] durante quinze anos lutou por conservar intata a terra que lhe chamava rainha, e quando o filho lhe arrancou das mãos a herança paterna, só havia um ano que a altiva dona curvara a cerviz ante a fortuna de seu sobrinho Afonso Raimundes, o jovem imperador de Leão e Castela. Era tarde. Portugal não devia se tornar uma província leonesa. (p. 8).

Na região, privilegiada por terras fecundas, devido à umidade trazida por rios, serras e vales, prosperava a produção de vinho, cereais, hortaliças, mel, e o comércio marítimo. Os mouros se encarregavam da atividade artesanal, que viria a dar nomes datados do século XII a ruas de Guimarães como Rua Caldeiroa, Rua Sapateira, Rua Ferreira. As trocas desses produtos se faziam nas tendas e açougues dos mercados, situados nos adros das igrejas e praças centrais do aglomerado urbano; as feiras se localizavam no rossio, espaço aberto junto às portas principais das muralhas que cercavam as “cidades”. Os judeus se dedicavam à especulação financeira. A mouraria e a judiaria se localizavam fora de portas. A ambição pela conquista desse empório estrategicamente localizado no Sudoeste da Europa com ampla saída para o Atlântico se estendeu, pois, por séculos afora.

Naquele romance, a ação, recheada de lances amorosos e guerreiros, traições, subterfúgios e surpresas, portas secretas e subterrâneos, acontece em poucos dias, às vésperas de o filho da rainha, Dom Afonso Henriques, tomar-lhe o poder. No castelo de Guimarães, decorre a intriga política articulada pelo Trava, que “pertencia a uma das mais poderosas famílias da Galiza e a mais adicta ao moço soberano de Leão e Castela” (p. 9), que ambicionava recuperar o Condado Portucalense. Além disso, na trama, dois jovens cavaleiros disputam o amor da angelical Dulce, nobre, órfã e preferida de Dona Teresa. Os mancebos são rivais políticos e no amor. Um deles é o alferes-mor da rainha, Garcia Bermudes; e o outro, um “donzel, que bem como ela fora criado na corte. Era este Egas Moniz Coelho, primo do ancião Egas Moniz, [...] aio do moço infante Afonso Henriques” (p. 43) e partidário deste.

A sociedade era formada por nobreza, clero e trabalhadores. A primeira se distinguia pelas armas e sinais exteriores, como usar vestes luxuosas, ter bons cavalos, cães, açores e falcões, palácios, por praticar o esporte da caça e dos jogos físicos, pelo hábito de oferecer banquetes e saraus (muito bem documentados aliás no romance em tela).

Desprezávamos, entretanto, vilãos e servos, a quem competia o trabalho braçal, os *laboratores*, devido ao vestuário pobre, à aparência desleixada e à ignorância:

Os servos mais humildes, cujo trajo simplicíssimo se reduzia a um saio de burel que lhes descia apenas abaixo do joelho, misturavam-se ali com os infanções, que constituíam a verdadeira aristocracia de linhagem, e com os cavaleiros de uma lança ou homens de mesnada, que formavam o segundo grau dessa nobreza guerreira e que não raro, talvez na maior parte, pertenciam a famílias de burgueses ou de herdeiros. Esses representantes das diversas camadas sociais, numa época principalmente caracterizada pelo espírito de jerarquia, perpassavam rápidos ou lentos, apinhavam-se, disputavam, irritavam-se, riam (p. 22).

O truão Dom Bibas, humilhado pelo Conde de Trava, planeja uma vingança e, nos bastidores, por meio de um alçapão que conduziria os conspiradores pelo castelo, favorece a vitória daquele que viria a ser o fundador de Portugal:

A sorte das armas e a vingança de Dom Bibas tinham resolvido os futuros destinos de Portugal [...].

Brava batalha se pelejara no campo de São Mamede junto de Guimarães, onde a hoste do infante se travara com a de sua mãe e a do conde de Trava. Depois de largo conflito, Afonso Henriques triunfara, e D. Teresa se vira obrigada a fugir com o soberbo estrangeiro, indo encerrar-se no castelo de Lanhoso, distante duas léguas do lugar do recontro. (p. 167).

Os anais das *Crônicas breves* de Santa Cruz de Coimbra assentam que Afonso Henriques sagrou-se cavaleiro por conta própria, isto é, sem sagração litúrgica. Então, vencedor em São Mamede em 1129, tomo a palavra e digo que, reivindicando para mim a ascendência régia, através do meu avô, assim como fizera minha mãe, outorguei-me o título de rei. Elevei o condado à condição de reino, fundei Portugal e a primeira dinastia de reis portugueses, que traz o nome do meu pai – a dinastia de Borgonha. De fato, tive o apoio da nobreza, que precisava de braço forte como eu, para travar a guerra anti-islâmica. A nobreza aliada a mim, Afonso Henriques, no enredo de *O bobo* é representada pelo famoso *Lidador*, o cavaleiro Dom Gonçalo Mendes da Maia de poderosa família do condado, que vai merecer, no século XIX, a função de herói de um conto de Alexandre Herculano, intitulado *A morte do Lidador*. Neste, o protagonista, nonagenário, sustenta em Beja dois combates contra os mouros liderados pelo rei de Tânger e morre. Mostra-se o personagem com o orgulho digno da sua posição social elevada e da vida longa:

- Pajens! Ou arreiem o meu ginete murzelo; e vós dai-me o meu lorigão de malha de ferro e a minha boa toledana. Senhores cavaleiros, hoje contam-se noventa e cinco anos que recebi o batismo, oitenta que visto armas, setenta que sou cavaleiro, e quero celebrar tal dia fazendo entrada por terras da frontaria dos mouros.

Isto dizia na sala de armas do castelo de Beja Gonçalo Mendes da Maia, a quem pelas muitas batalhas que pelejara e por seu valor indomável, chamavam Lidador. Afonso Henriques, depois do infeliz sucesso de Badajoz, e feitas pazes com el-rei de Leão, o nomeara fronteiro da cidade de Beja, de pouco tempo conquistada aos mouros (*A morte do Lidador*, p. 1).

Cerca de trinta anos antes dos eventos que vão culminar em São Mamede, o romance *O bobo* já destacava a ferocidade do *Lidador* (nome que viria a ser dado a uma tradicional loja de *delicatessen* carioca de um proprietário possivelmente português, natural de Beja, e admirador daquela figura histórica): “O capelão, que sabia qual era o caráter violento de Gonçalo Mendes da Maia, julgou acertado não lhe responder” (*O bobo*, p. 53).

Comprovaria o meu gênio aguerrido a hoje perdida *Gesta de Egas*, provinda da imaginação fértil do trovador João Soares Coelho, que era filho de Soeiro Viegas Coelho e de Mor Mendes Caldeira, uma descendente por via bastarda de Dom Egas. Mestre “da diplomacia e do verso” (BARROS, J. D’A. 2005. 20), o poeta compôs a cantiga antes para destacar a ascendência nobre do que exaltar a fidelidade e o heroísmo do antepassado¹.

Eis um resumo do enredo, cantado e divulgado nas célebres oitavas lusíadas, inspiradas, por sua vez, na *Crônica de Afonso Henriques*, de autoria de Duarte Galvão, diplomata, secretário e conselheiro de D. João II e D. Manuel. Para suspender o assédio do exército castelhano a Guimarães, Afonso VII, rei de Castela, conta a lenda, exigiu que eu, Afonso Henriques, lhe prestasse homenagem, mas, claro, não lhe obedeci. Teria sido então que meu aio Egas Monis, de poderosa família de Entre-Douro-e-Minho, os de Riba-Douro, descalço, e com a túnica dos condenados à força, se apresentou em Toledo a Afonso VII com os familiares, oferecendo-lhe a vida como preço do perjúrio do amo:

Mas o leal vassalo, conhecendo
Que seu senhor não tinha resistência,
Se vai ao Castelhana, prometendo
Que ele faria dar-lhe obediência.
Levanta o inimigo o cerco horrendo,
Fiado na promessa e consciência

¹ João Soares Coelho aliou-se a Afonso III, que lhe doou terras em Souto da Ribeira. Tendo participado da conquista do Algarve e desempenhado cargos políticos e administrativos na corte de Afonso III e Dinis, nas suas *tenções*, ridicularizava jograis e segreís, no esforço de manter o prestígio régio.

De Egas Moniz; mas não consente o peito
Do moço ilustre a outrem ser sujeito.

Chegado tinha o prazo prometido,
Em que o Rei Castelhana já aguardava
Que o Príncipe, a seu mando *sometido*,
Lhe desse a obediência que esperava.
Vendo Egas que ficava fementido,
O que de Castela não cuidava,
Determina de dar a doce vida
A troco da palavra mal *comprida*.

E com seus filhos e mulher se parte
A alevantar co eles a fiança,
Descalços e despidos, de tal arte
Que mais move a piedade que a vingança.
[...]

Qual diante do algoz o condenado,
Que já na vida a morte tem bebido,
Põe no cepo a garganta e, já entregado,
Espera pelo golpe tão temido:
Tal diante do Príncipe *indinado*
Egas estava, a tudo oferecido.
Mas o Rei vendo a estranha lealdade,
Mais pôde, enfim, que a ira, a piedade.

Ó *grão* fidelidade portuguesa
De vassalo, que a tanto se obrigava!
Que mais o Persa fez naquela empresa
Onde o rosto e narizes se cortava?
Do que ao grande Dario tanto pesa,
Que, mil vezes dizendo, suspirava
Que mais o seu *Zopyro* são prezara
Que vinte Babilônias que tomara.

(*Os Lusíadas*. III, 36-41)

A célebre exclamação da estrofe acima compara Egas ao soldado Zópiro, a mim, Dom Afonso Henriques, com Dario e, logo, Portugal ao império persa. A concepção da vassalagem ou fidelidade era uma das garantias da manutenção de uma ordem social rígida. Os cavaleiros, investidos em cerimônia litúrgica, prestavam serviço de proteção militar e social, remunerado em dinheiro, doação de bens, panos, gozando o prestígio que as famílias de Dom Egas e do conde de Trava, cujo “pai fora aio e tutor do moço soberano de Leão e Castela” (p. 9), desfrutavam, por devotar fidelidade aos senhores.

Entronizado por aclamação popular, ainda sofri a resistência do papa para reconhecer o novo país. O conto “*O bispo negro*” do mesmo Herculano confirma o bravo cavaleiro que fui. Através de habilidade e força política, superei a resistência papal para reconhecer o novo país e obtive a bênção de Sua Eminência, que, junto ao clero, formava a classe dos *oratores*, por desempenhar a função de proteger espiritualmente a idade medieval. Radiquei-me em Coimbra, mais urbana e central, e fui-me expandindo para o Sul: Ourique foi a primeira vitória contra os mouros, seguida de Santarém, terra cuja abundância exaltada por geógrafos árabes seria imortalizada, mais tarde, nas páginas de *Viagens na minha terra* (1843) de Almeida Garrett.

Meu casamento com uma nobre francesa chamada Mafalda favoreceu a ajuda de cruzados, vindos de Colônia, Lorena, Flandres, Bolonha, Normandia, Inglaterra e Escócia, na conquista de Lisboa, em outubro de 1147, que viria a ser popularizada, no século XX, por José Saramago na *História do cerco de Lisboa* de 1989, extraída de um testemunho

escrito em latim do cruzado inglês de nome Osberno. Trata-se de uma carta-relatório do século XII conhecida como *De Expugnatione Lyxbonensi*, guardada no Colégio do Corpo de Deus em Cambridge.

Em Badajoz, porém, tive de recuar, apesar da ajuda de Geraldo sem Pavor e seu bando. Dizia-se que eu “andava em anda e em colo de homens”, pois na disputa quebrei a perna e fiquei aleijado. Os almóadas, marroquinos sucessores dos almorávidas, com o apoio de Fernando II, rei de Leão, dessa vez me venceram.

A guerra era uma espécie de esporte da nobreza. Comandar guerreiros era uma atividade altamente conceituada, empunhada pela categoria dos *belatores*. Pilhávamos gado, escravos, dinheiro, armas, cavalos e objetos de ouro do campo inimigo, formado geralmente pelos mouros, que pertenciam a uma civilização muito avançada, enquanto no Ocidente, cidades como Paris e Londres eram enlameadas e escuras. Recordemos o luxo e a grandiosidade da cidadela moura de Alhambra na região espanhola de Andaluzia. Ao fim dos recontros, repartíamos os despojos, cuidávamos dos feridos, prejudicados com perda de armas e cavalos, recompensávamos os mais destemidos, retirávamos o quinto do rei e quinhões especiais para o alcaides ou prefeito, que exercia a autoridade régia local. Os fossados, como se chamavam essas expedições bélicas, se davam na primavera ou no verão, tanto que a campanha vitoriosa em Lisboa se deu de maio a outubro de 1147. Durante o inverno, peões e condenados a trabalhos forçados reformavam os castelos. A “justiça” punia os “recalcitrantes” com o enforcamento de quem roubava uva ou cortasse pinheiros, com a fustigação, com o castigo de cortar a cabeça com espada (ou cepo), quebrando dentes, arrancando a barba dos que fugiam da guerra, cortando a mão do escrivão que se recusasse a desempenhar seu ofício. As cantigas de escárnio e maldizer o documentam.

O reinado de Sancho I, meu filho e sucessor, foi devastado por guerras, lutas contra mouros, pestes, calamidades, roubos, crimes. Ficou conhecido, porém, como o *Povoador*, por ter mandado habitar terras abandonadas, garantindo assim a ocupação do reino. Numa disputa com o clero, teria mandado arrancar “os olhos aos clérigos de Coimbra, que recusavam celebrar os ofícios divinos nas igrejas interditas [e] chamava para testemunhas daquele feito todos os parentes das vítimas” (*O bobo*, p. 17). Segundo Herculano, na mesma página, os “ódio e as vinganças eram lealmente ferozes, a dissolução sincera, a tirania sem mistério”, para justificar a violência da monarquia medieval e as crises que esta enfrentou até garantir sua liderança política.

Afonso II instituiu reformas que promoveram a centralização do poder, promulgou leis, como o direito de propriedade e a redação dos primeiros documentos em português, para legitimar a autoridade temporal em detrimento da espiritual, registrada em latim. Morreu de lepra (“aquele que foi gafo”, dizem as crônicas), *ex crassitudine*, isto é, devido ao inchaço causado pela doença. Sancho II lhe sucedeu num governo marcado pela desordem social e, por isso, foi destituído pelo papa que o declarou em bula como *rex inutilis*. A *IV crônica breve de Santa Cruz* registra que “o rei não fazia justiça nem ua” e Camões o qualifica como “manso e descuidado” (*Os Lusíadas*, canto III, est. 91). O irmão Afonso, o Bolonhês, assim chamado porque estivera na França e lá se casara com uma condessa francesa chamada Matilde, a quem devia o título de Conde de Bolonha, assumiu o poder como visitador, curador e defensor do reino. Para evitar sucessores legítimos do irmão e desviar o princípio de primogenitura para seus descendentes, declarou ilegítimo o casamento de Sancho com Dona Mécia e mandou raptá-la. Este, mesmo deposto, resistiu, apoiado por correligionários. Vencido, exilou-se em Toledo, onde morreu.

Afonso III conquistou o Algarve aos mouros, também disputado por Afonso X de Castela. A paz entre os monarcas foi estabelecida pelo casamento com a bastarda do rei castelhano, Beatriz, embora já fosse casado legitimamente com Matilde. Esta reclamou

ao papa, que o acusou de bigamia, exigiu a separação e a devolução do dote, a que Afonso não respondeu. Nesse ínterim, a francesa morreu, oficializou-se o casamento com a segunda mulher e foram reconhecidos os filhos pelo papa. Entre eles, Dom Dinis, que sucederia ao pai, já era também nascido.

Excelente administrador, Afonso III manteve a redação dos documentos oficiais em português, com o intuito de racionalizar a administração, promulgou novas leis, outorgou cartas de povoação, aproveitou terrenos insalubres, mandou secar pântanos, povoar matas, fomentar a pesca, aumentando, assim, os rendimentos da coroa.

O reinado de Dom Dinis continuou a política de desenvolvimento através das seguintes iniciativas: o incremento da pecuária e da agricultura, a confecção de instrumentos de ferro, arados, pontes, o fomento ao transporte e ao comércio marítimo internacional, com Flandres, Inglaterra, Normandia, Bretanha, a cobrança de impostos, a promoção de feiras, a prosperidade das cidades, a fundação da primeira universidade em 1290, o incentivo das artes e letras, a sofisticação da convivência palaciana. Os próprios reis eram escritores, juristas, e D. Dinis, autor de cantigas trovadorescas.

Até a próxima jornada de leituras de literatura portuguesa.

Bibliografia

BARRENTO, João. *Umbrais*, o livro dos prefácios. Lisboa: Cotovia, 2000.

BARROS, José D'Assunção. Uma cadeia de cantigas de escárnio: uma análise sobre a poesia satírica ibérica do século XIII e suas tensões sociais. *Terra roxa e outras terras* – revista de estudos literários. v. 6, 2005, p. 13-28.

ISSN 1678-2054.<http://www.uel.br/cch/pos/letras/terraroxa>

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. Emanuel Paulo Ramos, org. Porto: Porto, [s.d.]

Dicionário de história de Portugal. Joel Serrão, org. Porto: Figueirinhas, [s.d.]. 6v.

Dicionário de literatura. Jacinto do Prado Coelho, org. Porto: Figueirinhas, [s.d.]. 3v.

HERCULANO, Alexandre. *O bobo*. Rio de Janeiro: Jackson, 1964.

----- . A morte do Lidador. www.bibvirt.futuro.usp.br/textos/...15/09/2006. p. 1-8.

MATTOSO, José. *História de Portugal* – a monarquia feudal. Lisboa: Estampa, [s.d.]. v. 2.

NOBRE, António. *Só*. Porto: Martins Tavares, 1976.